

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	
Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Bradesco Capitalização S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer dos Atuários Auditores Independentes. Inovação em Produtos e Serviços No exercício de 2020, como diferencial na comercialização dos produtos, a Bradesco Capitalização realizou promoções em parceria com a empresa Livelo, onde os clientes que adquiriram o produto na promoção ganharam pontos Livelo por cada Real em títulos de capitalização. Também foi lançado no final do ano passado, o “Clube Max Pontos Bradesco”, um produto exclusivo e inovador no mercado que possibilita ao cliente, além de guardar dinheiro, concorrer a sorteios semanais, podendo utilizar o valor de resgate ou sorteio do título para comprar pontos Livelo com condições especiais. Alinhado com os princípios de sustentabilidade e a busca da desmaterialização de serviços, desenvolvemos a venda de títulos de capitalização através do celular corporativo dos gerentes comerciais da rede de agências, com o aceite digital na <i>APP</i> e no Net Empresa pelo cliente pensando em sua comodidade e segurança. Estas melhorias estão alinhadas à mobilidade, contribuem para a qualidade dos serviços e a satisfação dos clientes, além da economia de recursos físicos e financeiros. Desempenho das Operações de Capitalização No exercício de 2020, a Bradesco Capitalização manteve o fortalecimento de sua participação no mercado, mantendo a liderança de faturamento com <i>share</i> de 22,9% nos dados divulgados pela SUSEP, base dezembro de 2020. A arrecadação atingiu o montante de R\$ 5,257 bilhões (R\$ 6,408 bilhões no exercício de 2019), queda de 17,96%, devido à pandemia da COVID-19 e a quarentena imposta por todos os estados brasileiros, as agências bancárias tiveram seu horário de funcionamento reduzido e revezamento das equipes, afetando nosso principal canal de comercialização do produto e, por consequência, a queda no faturamento. As provisões técnicas atingiram R\$ 8,571 bilhões, tornando a Bradesco Capitalização líder em reservas no mercado de Capitalização com <i>share</i> de 26,4%. Foram sorteados R\$ 80,9 milhões em prêmios aos clientes no período. Com isso, baseada por uma política de fidelização dos clientes voltada à qualidade no atendimento e à oferta de produtos, a Bradesco Capitalização encerrou o exercício de 2020 com 2,5 milhões de clientes e uma carteira de 23,5 milhões de títulos ativos. Visando aumentar a qualidade no atendimento dos clientes, foram realizados trabalhos em conjunto com a Ouvidoria do Grupo Bradesco Seguros, com foco nos processos e na melhoria da experiência do cliente. Resultado do Exercício A Bradesco Capitalização apresentou, no exercício de 2020, Lucro Líquido de R\$ 396,021 milhões (R\$ 583,248 milhões no exercício de 2019), queda de 32,10% em relação ao montante auferido no mesmo período do ano anterior, representando uma rentabilidade de 70,27% sobre o Patrimônio Líquido Médio, reflexo da pandemia da COVID-19 e a quarentena imposta por todos os estados brasileiros. Política de Reinvestimento de Lucros e Política de Distribuição de Dividendos O lucro líquido, após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral, podendo ser designado 100% à Reserva de Lucros – Estatutária, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da Companhia, até atingir o limite de 95% do valor do capital social integralizado. O Estatuto prevê, ainda, o pagamento aos acionistas da Bradesco Capitalização, do mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, a título de dividendos, respeitadas as deduções e distribuições previstas. A Diretoria está autorizada pelo Estatuto Social a declarar e pagar dividendos intermediários à conta de Lucros Acumulados ou de Reservas existentes. Aplicações Financeiras As aplicações financeiras estão classificadas nas categorias Valor Justo por meio do Resultado (Negociação) e Disponível para Venda, conforme normas contábeis em vigor. Investindo para o Futuro Em seus trinta e seis anos de história, a Bradesco Capitalização tem pautado sua atuação com o compromisso de proporcionar aos seus clientes a oferta de Títulos de Capitalização diversificados que atendam suas expectativas. Tudo isso, aliado ao importante papel de contribuir para o desenvolvimento do hábito de guardar dinheiro e concorrer a prêmios. Alcançar estes objetivos tem sido possível em função dos investimentos constantes em pessoas, sistemas e processos, fazendo a Bradesco Capitalização a maior e uma das mais sólidas Companhias de Capitalização no Brasil. Além disso, tem trabalhado para fortalecer suas estratégias no mercado por meio do desenvolvimento de novos negócios. No exercício de 2020, foram concentrados esforços no desenvolvimento das plataformas sistêmicas com o objetivo de reestruturar e desenvolver melhorias na comercialização e operacionalização dos produtos, com viés na desmaterialização, digitização e integração com a arquitetura do Banco Bradesco.	Gestão de Riscos O Grupo Bradesco Seguros, do qual a Bradesco Capitalização faz parte, em linha com os modelos adotados de melhores práticas no mercado nacional e em atendimento à legislação vigente, possui uma Estrutura de Gestão de Riscos implantada, atuando de forma independente, no que tange a regulamentos, normas e políticas internas, tendo como principal objetivo assegurar que os riscos a que o Grupo está exposto sejam devidamente identificados, analisados, mensurados, tratados e monitorados. O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa, que abrange, desde a Alta Administração, até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação e gestão dos riscos. Possui comitês com funções específicas, permitindo que os riscos, tais como subscrição, crédito, liquidez, mercado e operacional sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados. Estão inseridos, nesse contexto, categorizar os riscos relevantes para compor o perfil de riscos, monitorar os tipos de riscos assumidos com base nas compensações risco-retorno, para alcançar os objetivos estratégicos e buscar eficiência na gestão de capital, assegurar o aculturamento de gestão de riscos nos vários níveis de atuação das empresas do Grupo, incluindo a difusão das políticas, normas e processos, bem como o monitoramento contínuo da exposição e tolerância aos riscos. Controles Internos A atuação de Controles Internos tem como principal objetivo apoiar todas as áreas internas, seja de suporte ao negócio ou operacionais, na construção e manutenção de um ambiente corporativo mais seguro e sustentável. Suas atividades estão aderentes às normas locais, seguem as diretivas da política da Organização Bradesco sobre o tema e cumprem as exigências da seção 404 da Lei americana <i>Sarbanes-Oxley</i> e os principais <i>frameworks</i> internacionais de controles, como o <i>COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission)</i> e o <i>COBIT (Control Objectives for Information and Related Technology)</i>. A Bradesco Capitalização realiza, periodicamente, testes de aderência, assegurando a eficiência dos controles e o atendimento às regulamentações e normativos internos do Grupo Bradesco Seguros. Os resultados são reportados à Alta Administração do Grupo Bradesco Seguros, aos Comitês de Auditoria e Gestão de Riscos, Controle Atuarial e Conformidade da Bradseg Participações. Compliance O Grupo Bradesco Seguros, do qual a Bradesco Capitalização faz parte, possui estrutura própria para monitoramento do atendimento tempestivo às demandas dos Órgãos Reguladores que supervisionam suas atividades. Em complemento, a Área de <i>Compliance</i> atua na captação, divulgação e devido acompanhamento das regulamentações aplicáveis, para assegurar a aderência. O Grupo mantém o compromisso contínuo de prevenir e combater a Lavagem de Dinheiro, o Financiamento ao Terrorismo e as Fraudes, por meio de processos e controles consistentes, aplicados no devido monitoramento das operações, apoiando outros esforços governamentais locais e internacionais contra possíveis situações criminosas e mantendo disponíveis os canais de denúncia aos funcionários e ao público externo para receber relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares. A aplicação dos princípios de conduta, estabelecidos pela Organização Bradesco e pelo Grupo Bradesco Seguros nas relações com os clientes, parceiros, fornecedores e demais partes relacionadas, também faz parte da atuação da Área de <i>Compliance</i>, através do monitoramento contínuo e ações periódicas para o aculturamento dos públicos envolvidos (interno e externo), contribuindo para uma melhor jornada e experiência com nossos produtos e serviços. O Grupo Bradesco Seguros possui comitês executivos, possibilitando que as tomadas de decisão ocorram nas instâncias pertinentes, resguardando os padrões de conduta e a responsabilidade corporativa, numa contínua busca de excelência em seus processos e uma prestação de contas transparente e ética às partes interessadas. Governança de Dados e Segurança da Informação Dado o cenário de requerimentos das publicações de atos normativos por parte dos Órgãos Reguladores, a exigência de implementação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), e o incremento na velocidade de transformação digital que estamos vivenciando, o Grupo Bradesco Seguros reafirma o compromisso com a disponibilidade, integridade, segurança, confidencialidade e privacidade das informações organizacionais e dos clientes, com ênfase especial à governança de dados, segurança da informação e privacidade dos dados pessoais e sensíveis, dentro e fora da organização. Sendo assim, o Grupo Bradesco Seguros tem acompanhado de forma bastante presente as necessidades dos reguladores e clientes, apoiando-se nas melhores práticas de mercado, assegurando-se por meio de processos a qualidade, transparência e proteção aos dados, garantindo a consistência e confiabilidade durante todo o ciclo de tratamento de dados e, com isso, dando um foco especial à governança de dados e segurança da informação. Agradecimentos Pelos êxitos obtidos, agradecemos a preferência e a confiança dos nossos clientes, o apoio recebido dos Órgãos Reguladores e o trabalho dedicado dos nossos funcionários e Parceiros de Negócios. Barueri, 02 de fevereiro de 2021.
Diretoria	

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 <i>(Em milhares de reais)</i>				
ATIVO	Nota	2020	2019	
CIRCULANTE		3.064.626	1.947.215	
Disponível		228	10	
Caixa e bancos		228	10	
Aplicações	4	2.995.705	1.871.507	
Crédito das operações de capitalização	5	15.137	16.979	
Crédito das operações de capitalização		15.137	16.979	
Outros créditos operacionais		4.350	4.103	
Outros créditos operacionais		4.350	4.103	
Títulos e créditos a receber		48.970	54.117	
Créditos tributários e previdenciários	7a	48.925	54.046	
Outros créditos		45	71	
Despesas antecipadas		236	499	
ATIVO NÃO CIRCULANTE		6.754.227	8.226.731	
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		6.708.667	8.168.757	
Aplicações	4	6.674.916	8.135.343	
Títulos e créditos a receber		33.751	33.387	
Depósitos judiciais e fiscais	14(vi)	33.741	33.387	
Outros créditos operacionais		10	-	
Despesas antecipadas		-	27	
INVESTIMENTOS		-	3.849	
Outros investimentos		-	3.849	
IMOBILIZADO	8	1.131	1.243	
Bens móveis		550	533	
Outras imobilizações		581	710	
INTANGÍVEL	9	44.429	52.882	
Outros intangíveis		44.429	52.882	
TOTAL DO ATIVO		9.818.853	10.173.946	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 <i>(Em milhares de reais)</i>		
	2020	2019
Resultado antes dos impostos e participações	643.599	960.327
Ajustes para:		
- Depreciações e amortizações	11.637	7.586
- Perdas por redução ao valor recuperável dos ativos	12.410	-
- Despesas antecipadas	290	99
- Variações das provisões técnicas	(130.789)	(106.739)
- Provisão para riscos sobre créditos	-	(2)
- Perda ou ganho na alienação ou baixa de imobilizado e intangível	17.705	42
- Variações monetárias	558.435	582.302
Lucro líquido ajustado do exercício	1.113.287	1.443.615
Variações nas contas patrimoniais aumento/(redução):		
- Aplicações - títulos a valor justo por meio do resultado	858.285	(277.177)
- Créditos das operações de capitalização	1.842	3.856
- Títulos e créditos a receber	7.269	79.120
- Outros créditos operacionais	(247)	(1.342)
- Contas a pagar	26.570	(16.755)
- Débitos das operações de capitalização	34	24
- Depósitos de terceiros	(895)	(21)
- Provisões técnicas - capitalização	(696.689)	228.490
- Outros débitos	(4.588)	(62.366)
Caixa consumido pelas operações	191.581	(46.171)
Imposto de renda sobre o lucro pago	(228.260)	(228.856)
Contribuição de renda sobre o lucro pago	(144.669)	(176.760)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	931.939	991.828
Atividades de investimento		
- Aquisição de títulos disponíveis para a venda	(1.704.583)	(2.684.570)
- Alienação/vencimentos e juros de títulos diponíveis para a venda	1.139.790	2.362.740
- Aquisição de imobilizado	(169)	(428)
- Ativo intangível desenvolvido internamente	(19.993)	(20.407)
- Alienação de investimentos	3.234	-
Caixa consumido nas atividades de investimentos	(581.721)	(342.665)
Atividades de financiamento		
- Dividendos e juros sobre capital próprios pagos	(350.000)	(650.000)
Caixa consumido nas atividades de financiamento	(350.000)	(650.000)
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa	218	(837)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	10	847
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	228	10
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa	218	(837)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.		

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais)							
	Capital social	Redução de capital em aprovação	Reserva legal	Reservas de lucros Reserva estatutária	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019	637.276	(220.000)	83.455	117.653	119.974	-	738.358
Aumento (redução) de capital:							
Portaria SUSEP/DIRAT/CGRAT Nº 1.198 de 11/01/2019	(220.000)	220.000	-	-	-	-	-
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	152.973	-	152.973
Dividendos pagos por conta de reservas (R\$ 380,30 por ação)	-	-	-	(117.653)	-	-	(117.653)
Dividendos antecipados (R\$ 1.623,76 por ação)	-	-	-	-	-	(502.347)	(502.347)
Juros sobre capital próprio pagos (R\$ 96,97 por ação)	-	-	-	-	-	(30.000)	(30.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	583.248	583.248
Proposta para destinação do lucro líquido	-	-	-	50.901	-	(50.901)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	417.276	-	83.455	50.901	272.947	-	824.579
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	(18.196)	-	(18.196)
Dividendos pagos por conta de reservas (R\$ 164,53 por ação)	-	-	-	(50.901)	-	-	(50.901)
Dividendos pagos antecipadamente (R\$ 918,31 por ação)	-	-	-	-	-	(284.099)	(284.099)
Juros sobre capital próprio pagos (R\$ 48,49 por ação)	-	-	-	-	-	(15.000)	(15.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	396.021	396.021
Proposta para destinação do lucro líquido	-	-	-	96.922	-	(96.922)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	417.276	-	83.455	96.922	254.751	-	852.404

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Companhia é integrante do Grupo Bradesco Seguros, sociedade anônima de capital fechado, sediada em Barueri, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados – (SUSEP) a operar em todas as modalidades de capitalização em todo o território nacional. O endereço registrado da sede da Companhia é Avenida Alphaville, 779, Empresarial 18 do Forte, Barueri - SP, CEP 06472-010.

A Companhia é controlada diretamente pela empresa Bradesco Seguros S.A. e em última instância pelo Banco Bradesco S.A. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do Grupo Bradesco Seguros, atuando de forma integrada no mercado, sendo os custos das estruturas operacional e administrativa comuns absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente. Essas demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco Bradesco em 02 de fevereiro de 2021.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os exercícios apresentados nas demonstrações contábeis.

a. Base de preparação

Em consonância com a Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações subsequentes, as demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular.

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.

b. Base para avaliação, de apresentação e moeda funcional

As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para os ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e os ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo.

A moeda funcional da Companhia é o Real.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As notas explicativas 4 - Aplicações e 14 - Provisões judiciais; incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício contábil.

d. Segregação entre circulante e não circulante

A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das demonstrações contábeis, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassarem o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data base. Os títulos e valores mobiliários a “valor justo por meio do resultado” estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento (conforme nota explicativa 4b).

Ativos e/ou passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados no Ativo ou Passivo Não Circulante. Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante.

e. Aplicações e instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas efetuam a avaliação de seus instrumentos financeiros em consonância aos Pronunciamentos Técnicos, CPC's 38, 39, 40(R1) e 46, cujos critérios de reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação estão descritos a seguir:

(i) Disponível e Equivalentes de Caixa

São representados por depósitos bancários sem vencimento que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e são utilizados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

(ii) Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

(iii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então, tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado do exercício.

(iv) Ativos financeiros disponíveis para venda

Compreende os ativos financeiros que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Os investimentos em títulos patrimoniais são classificados como ativos financeiros disponíveis para venda. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo, e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do exercício.

(v) Determinação do valor justo

A determinação do valor justo das aplicações financeiras da Companhia é efetuada da seguinte forma:

Quotas em fundos de investimentos

O valor das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos.

Títulos Públicos

Os títulos públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de taxas médias do mercado secundário divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

Títulos privados - Certificado de Depósitos Bancários e Letras Financeiras

A metodologia de marcação a mercado para Certificados de Depósitos Bancários e Letras Financeiras adotada pela Companhia leva em consideração dois fatores: a) A taxa de juros livre de risco, que expressa a projeção do DI ou SELIC; e b) O spread de crédito do emissor. A taxa de juros utilizada tem como fonte primária a curva dos contratos futuros de DI divulgados pela Brasil Bolsa Balcão (B3). O spread de crédito é obtido por meio de metodologia específica descrita no manual interno de marcação a mercado, que considera os seguintes aspectos: i) classificação dos emissores em grupos, de acordo com a definição atribuída pelo Departamento de Crédito do Bradesco; ii) distribuição em classes de emissores, através da classificação realizada pela média das taxas de emissão de cada emissor; iii) utilização da última cotação, negociada em até 15 dias úteis da data de negociação/marcação a mercado e iv) cálculo do spread por meio das taxas de emissão ponderadas por classe e pelo volume negociado.

Fundos Imobiliários

Os fundos de investimentos imobiliários tiveram seus valores de mercado obtidos a partir da última cotação publicada pela Brasil Bolsa e Balcão (B3).

Debêntures

São atualizadas pelas informações divulgadas nos boletins publicados pela ANBIMA. Para as debêntures que não são informadas pela ANBIMA é utilizado o fluxo de caixa descontado. As taxas de desconto/indexadores utilizados são informações/projeções divulgadas por boletins ou publicações especializadas (ANBIMA/CETIP).

(vi) Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado do exercício.

Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda, para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes.

Perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no resultado, para instrumentos patrimoniais classificados como ativos financeiros disponíveis para venda, não são revertidas.

(vii) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados nas rubricas “Créditos das Operações de Capitalização” e “Títulos e créditos a receber” que são contabilizados pelo custo amortizado decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

(viii) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados, exclusivamente, à proteção de riscos associados com a variação de taxas de juros dos investimentos. As operações com derivativos são registradas e negociadas na Brasil Bolsa Balcão (B3).

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e os custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as respectivas variações são registradas no resultado e estão classificados na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Para valorização dos instrumentos financeiros derivativos, cotações de preço de mercado são usadas para determinar o valor justo destes instrumentos. O valor justo dos contratos de futuros é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado que usam curvas de rendimento, refletindo os fatores de risco adequados. As informações para construir as curvas de rendimento são obtidas principalmente na Brasil Bolsa Balcão (B3) e no mercado secundário doméstico. Estas curvas de rendimento são utilizadas para determinar o valor justo de taxa de juros.

f. Imobilizado

O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos, móveis, máquinas e utensílios.

O imobilizado de uso é reconhecido ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dos custos de transação no resultado do exercício. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade.

Gastos de reparo ou manutenção são reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos. Gastos com reformas e melhorias que prolongam a vida útil dos bens são incorporados ao custo do ativo imobilizado.

A depreciação do ativo imobilizado é reconhecida no resultado pelo método linear considerando as seguintes taxas anuais para os exercícios correntes e comparativos: 10% para móveis, utensílios, máquinas e equipamentos e 20% para equipamentos de informática e benfeitoria em imóveis de terceiros.

g. Intangível

Softwares adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada e eventuais perdas acumuladas por impairment. A taxa de amortização é de 20% ao ano.

Despesas de desenvolvimento interno de software são reconhecidas como ativo quando é possível demonstrar sua intenção e capacidade de concluir o desenvolvimento, mensurando seu custo e a utilização dos softwares de modo que gere benefícios econômicos futuros. Os custos capitalizados de softwares desenvolvidos internamente incluem todos os custos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento, deduzido da amortização acumulada gerada durante a vida útil e são testados por impairment, caso haja indicativo de perda.

Despesas subsequentes são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todas as demais despesas são contabilizadas como despesas à medida que são incorridas.

h. Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros

Os valores dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos no mínimo anualmente para determinar se há alguma indicação de perda, que pode ser reconhecida no resultado do exercício se o valor contábil de um ativo exceder seu valor.

i. Provisões técnicas

A provisão matemática para capitalização (PMC) é constituída para cada título ativo ou suspenso durante o prazo previsto nas condições gerais do plano e é calculada através dos percentuais das quotas de capitalização, aplicável sobre os pagamentos realizados, sendo capitalizada mensalmente pelo indexador e taxas de juros definidas no plano até o resgate ou cancelamento do título.

A provisão para resgate (PR) é constituída pelos valores dos títulos vencidos e antecipados e consiste na atualização do saldo dos títulos com prazos de vigência finalizados ou rescindidos, atualizada pelo indexador do plano até a data do efetivo pagamento do valor de resgate ao titular.

A provisão para sorteios a realizar (PSR) é constituída para fazer face aos prêmios provenientes de sorteios futuros. A metodologia de cálculo consiste na projeção do valor presente esperado das despesas dos sorteios futuros e comparado com a projeção do valor presente esperado das parcelas referentes ao sorteio dos pagamentos futuros dos títulos.

A provisão para sorteios a pagar (PSP) é constituída pelos valores das premiações dos títulos contemplados em sorteios e ainda não pagos, atualizada monetariamente pelo período entre a data do sorteio e a efetiva liquidação.

A provisão de despesa administrativa (PDA) é constituída para cobrir as despesas de manutenção dos títulos de capitalização. Para o cálculo é realizada a projeção do valor presente esperado das despesas administrativas futuras e comparado com a projeção do valor presente esperado das parcelas referentes ao carregamento dos pagamentos futuros dos títulos.

j. Carregamento dos principais produtos

Processo SUSEP	Carregamento		
	Tipo	2020	2019
15414.901273/2019-05	PU	12,42%	12,42%
15414.901274/2019-41	PU	12,42%	12,42%
15414.901281/2019-43	PU	8,90%	8,90%
15414.900860/2019-79	PU	8,46%	8,46%
15414.901272/2019-52	PU	8,46%	8,46%
15414.901735/2018-03	PM	22,30%	22,30%
15414.901354/2019-05	PM	12,81%	12,81%
15414.901363/2017-26	PM	12,78%	12,78%
15414.901053/2016-21	PM	10,52%	10,52%
15414.004839/2008-98	PM	9,81%	9,81%

k. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

(i) Ativos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados, quando aplicável.

(ii) Passivos contingentes

São constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados em notas explicativas quando individualmente relevantes, e os passivos contingentes classificados como remotos não são divulgados.

(iii) Obrigações legais

Decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos nas demonstrações contábeis.

l. Benefícios a empregados

(i) Obrigações de curto prazo

As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são mensuradas e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado.

(ii) Obrigações por aposentadorias

Plano de contribuição definida

A Companhia é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições pagas por ele mesmo e pela empresa patrocinadora, sendo os recursos investidos em um FIE (Fundo de Investimento Exclusivo). O Plano é administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A. e a BRAM – Bradesco Asset Management S.A. DTVM é a responsável pela gestão financeira dos fundos FIEs.

O Plano de Previdência Complementar conta com contribuições dos funcionários e administradores da Companhia equivalentes a, no mínimo, 4% do salário e, pela empresa, 5% do salário, acrescidas do percentual destinado a coberturas dos benefícios de risco (morte e invalidez). As obrigações atuariais do plano de contribuição definida estão integralmente cobertas pelo patrimônio do FIE correspondente. Além do plano apresentado, está assegurado aos participantes que, em 2001, optaram em migrar do plano de benefício definido, um benefício proporcional diferido, correspondente aos seus direitos acumulados naquele plano.

Para os participantes ativos, aposentados e pensionistas do plano de benefício definido, em extinção, o valor presente das obrigações atuariais do plano está integralmente coberto por ativos garantidores.

(iii) Outras obrigações pós-emprego

Há custeio do plano de saúde para ex-funcionários e seus dependentes legais por um período de 180 ou 270 dias da data de desligamento a depender do tempo de empresa.

(iv) Outros benefícios de curto prazo

Outros benefícios de curto prazo, tais como seguro-saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos.

m. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$ 240 para o exercício. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada a alíquota de 15% sobre o lucro tributável.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre lucro tributável do período calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço e inclui qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que sejam apurados lucros futuros sujeitos à tributação contra os quais serão utilizados. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a entidade sujeita à tributação. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável.

n. Resultado

As receitas dos planos de capitalização são reconhecidas contabilmente no mês de sua emissão, de acordo com os tipos de arrecadação, podendo ser em pagamentos mensais ou em pagamento único. Cada título tem um valor nominal, que é atualizado monetariamente pela Taxa Referencial (TR) e juros de acordo com as condições gerais do plano.

As correspondentes provisões técnicas são constituídas simultaneamente ao reconhecimento das receitas.

As receitas com planos de capitalização prescritos são reconhecidas após o período de prescrição, de acordo com a legislação brasileira, que é de até 20 anos para títulos e sorteios não resgatados até 11 de novembro de 2003 e de 5 anos após esta data.

As despesas com colocação de títulos de capitalização, classificadas como “Custo de aquisição”, são reconhecidas contabilmente quando incorridas.

A participação mínima dos funcionários no resultado é apurada com base na convenção coletiva firmada com o sindicato da categoria. Complementos adicionais à participação mínima são reconhecidos de acordo com metas estipuladas pela Administração.

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre os ativos dos fundos investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), receitas de dividendos, ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e reclassificações de ganhos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem perdas em alienação de ativos disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis).

o. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Novas normas ou alterações de normas e interpretações que são efetivas para exercícios iniciados em e após 1º de janeiro de 2018 não adotadas, e/ou ainda não aprovadas pela SUSEP.

CPC 48 – Instrumentos Financeiros

Em vigor pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis desde 1º de janeiro de 2018, apresenta novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A Companhia optou por aplicar a isenção temporária do CPC 48 e continuará a aplicar o IAS 39/CPC 38 até a data efetiva do CPC 50 de Contratos de Seguros.

CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil

Aprovado pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) para o exercício de 2021, objetiva garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações, esta norma altera de maneira mais substancial a contabilidade das entidades arrendatárias, sendo também requeridas certas divulgações no caso das entidades arrendadoras.

A administração avaliou os impactos da adoção inicial da norma no patrimônio da Companhia, e identificou que os contratos de locação de imóveis atribuíveis a norma impactará o patrimônio no montante aproximado de R\$2.550.

CPC 50 – Contratos de Seguros

O CPC 50 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representam fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da companhia.

O CPC 50 entra em vigor para exercícios anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2023.

Os normativos, CPC 48 e CPC 50, serão aplicáveis quando referendados pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e portanto a Administração concluirá sua avaliação até a data de entrada em vigor.

3. Gerenciamento de riscos

a. Introdução

A Companhia está exposta aos riscos de subscrição, crédito, liquidez, mercado e operacional, inerentes às suas operações e que podem afetar, em diferentes proporções, seus objetivos estratégicos e financeiros.

A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações sobre estas exposições, bem como as políticas e os processos adotados pela Companhia, no gerenciamento de cada um dos riscos acima mencionados.

Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades da Companhia, tendo por finalidade adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento de suas atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros, em benefício dos acionistas e das operações da Companhia. Diversos investimentos relacionados ao processo de gerenciamento de riscos são constantemente realizados, especialmente, na capacitação do quadro de colaboradores em todos os níveis hierárquicos. Estas iniciativas têm como objetivo proporcionar o aperfeiçoamento na eficiência operacional e disseminar o aculturamento dos colaboradores, e são, consequentemente, convertidas na elevação da qualidade do gerenciamento dos riscos e na garantia do foco necessário a estas atividades, que produzem forte valor agregado à Companhia.

No sentido amplo, o processo de Governança Corporativa representa o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o desempenho da Companhia e proteger os acionistas, investidores, clientes, colaboradores, fornecedores, etc., bem como agregar valor e contribuir para sua sustentabilidade, envolvendo, principalmente, aspectos voltados à transparência e prestação de contas. Neste contexto, o processo de gerenciamento de riscos é permanentemente exercido e conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de Governança Corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos. Esta estrutura encontra-se alinhada com as melhores práticas de mercado, contando com políticas, Comitês com funções específicas e estrutura diretiva, estabelecendo regras e normas, provendo recursos humanos e tecnológicos voltados a estas atividades.

O gerenciamento dos riscos inerentes às operações da Companhia é abordado de modo integrado e apoiado em uma estrutura sólida e independente (no que tange a regulamentos, normas e políticas internas). Esta abordagem proporciona o aperfeiçoamento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que podem comprometer sua correta identificação e mensuração. A estrutura do processo de gerenciamento de riscos permite que os riscos de subscrição, crédito, liquidez, mercado e operacional sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado, e para assegurar uniformidade ao processo, há regularmente uma Comissão de Gestão de Riscos da Companhia que avalia a adequação das provisões técnicas, aderência das premissas e possíveis impactos relacionados a alteração de premissas no cálculo das provisões técnicas, além de assuntos relacionados à Gestão de Capital com impacto na solvência ou no nível de apetite a riscos.

Refletindo o compromisso com o gerenciamento de riscos, um fórum de alto nível denominado Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros estuda tais riscos, propõe limites de tolerância e elabora planos de mitigação, entre outras atribuições com o intuito de se obter sinergia entre estas atividades. Existem ainda os Comitês Executivos definidos pelo Banco Bradesco para tratar os assuntos relacionados ao risco de crédito, liquidez, mercado e operacional, que são submetidos ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, que têm por atribuição assessorar o Conselho de Administração na aprovação de políticas institucionais, diretrizes operacionais e estabelecimento de limites de exposição a riscos.

b. Risco de subscrição

O risco de subscrição advém de uma situação econômica que contraria as expectativas da Companhia no momento da elaboração de sua política de subscrição no que se refere às incertezas existentes, tanto na definição das premissas atuariais quanto na constituição das provisões técnicas, bem como para fins de precificação.

O gerenciamento do risco de subscrição é realizado pela Superintendência Técnica e as políticas de subscrição e aceitação de riscos são, periodicamente, avaliadas. Além disso, a Diretoria de Gestão de Riscos, Controles Internos, *Compliance*, Gestão de Dados, O&P e Ouvidoria, parte integrante da estrutura de gerenciamento de riscos, têm como uma de suas principais atribuições, a estruturação de modelos internos para risco de subscrição e cálculo de capital regulatório para esses negócios, e certifica as provisões técnicas, além de avaliar o impacto de novos produtos no capital de risco da Companhia.

Principais riscos associados aos títulos de capitalização

Os títulos de capitalização são de duração de médio e longo prazos, e por este motivo são utilizadas algumas premissas atuariais para monitorar e estimar os riscos envolvidos baseados na experiência histórica, tais como: premissas sobre retorno de investimentos, despesas administrativas, persistência e sorteios.

Os riscos associados aos títulos de capitalização incluem, entre outros:

- Risco de sorteio, que corresponde à expectativa da Companhia em pagar prêmios de títulos sorteados em séries não integralizadas;
- Risco de comportamento do cliente, que inclui experiência de persistência;
- Os títulos de capitalização possuem garantias de rentabilidade pré-definidas, que corresponde ao risco de taxa de juros, que é gerenciado como parte do risco de mercado; e
- Risco de despesa administrativa, que corresponde à possibilidade de a Companhia ter despesas maiores do que as esperadas.

Gerenciamento dos Riscos dos títulos de capitalização

A Diretoria de Gestão de Riscos monitora e avalia a exposição de risco sendo responsável pelo desenvolvimento, implementação e revisão das políticas referentes à subscrição de riscos e adequação das provisões técnicas. A implementação dessas políticas e o gerenciamento desses riscos são apoiados pela Superintendência Técnica. A Superintendência Técnica desenvolveu mecanismos, tais como, análise de eventuais acúmulos de riscos com base em relatórios mensais, que identificam, quantificam e gerenciam exposições acumuladas para contê-las dentro dos limites definidos nas políticas internas. Em linhas gerais, o risco de sorteio é gerenciado pelo acompanhamento constante do desempenho das séries de títulos não integralizadas, o risco de persistência, por meio do monitoramento frequente da experiência histórica da Companhia, e o risco de um elevado nível de despesas, é gerenciado principalmente, pela avaliação da rentabilidade da companhia e pelo monitoramento mensal dos níveis das despesas administrativas.

Teste de sensibilidade

O objetivo do teste de sensibilidade é mensurar o impacto no resultado e patrimônio líquido da Companhia, caso ocorram alterações isoladas, razoavelmente possíveis, em premissas inerentes às suas operações que possam ser afetadas devido ao processo de subscrição dos riscos e que sejam consideradas relevantes na data do balanço.

Como fator de risco elegeru-se a seguinte premissa:

- Taxa de juros do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) – O teste avaliou o impacto de uma redução na curva da taxa de juros indexada pelo IPCA em virtude de constituição da Provisão de Despesas Administrativas (PDA).

Resultados do teste de sensibilidade

Os quadros abaixo apresentam o resultado caso houvesse redução em 1 ponto percentual na taxa de juros indexada pelo IPCA nos últimos doze meses da data-base do cálculo:

	R\$ mil 2020	
	Bruto de impostos	Líquido de impostos
Efeitos na Provisão para Despesa Administrativa (PDA)	(733)	(420)
	R\$ mil 2019	
	Bruto de impostos	Líquido de impostos
Efeitos na Provisão para Despesa Administrativa (PDA)	(813)	(465)

Limitações das análises de sensibilidade

As análises de sensibilidade demonstram o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas. Na realidade, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se também ser observado que essas sensibilidades não são lineares, impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados.

As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira da Companhia poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. Por exemplo, a estratégia de gerenciamento de risco visa gerenciar a exposição a flutuações no mercado. A medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção.

Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial, que somente representa a visão da Administração de possíveis mudanças no mercado no futuro próximo, que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa que todas as taxas de juros se movimentam de maneira idêntica.

c. Risco de crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrer perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como a desvalorização de contrato decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte.

Gerenciamento do risco de crédito

A Companhia efetua diversas análises de sensibilidade e testes de *stress* como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados dessas análises são utilizados para mitigação de riscos e o entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido da Companhia em condições normais e em condições de *stress*. Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão, bem como na identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia.

Neste sentido, o gerenciamento do risco de crédito da Companhia é um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico, através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos. É um processo realizado de forma corporativa mediante procedimentos internos estruturados, independentes, e embasados em documentação e relatórios próprios, avaliados pelas estruturas de gestão de riscos da Companhia e do Banco Bradesco, e baseado em modelos internos, em fase de implementação gradual, visando à apuração, mensuração e cálculo do capital.

No que se refere às aplicações financeiras, a Administração avalia o risco de crédito como baixo pelo fato de que a maior parte da carteira está concentrada em títulos de renda fixa públicos e operações compromissadas com lastro em títulos públicos federais, como demonstrado nos quadros abaixo:

	AAA	AA	A	BB	BBB	Sem rating	2020 Total
Ativos financeiros - <i>Rating</i>							
Valor justo por meio do resultado	947.950	10.016	2.728	49.375	-	-	1.010.069
Título de renda fixa público	809.096	-	-	-	-	-	809.096
Título de renda fixa privado	138.854	10.016	2.728	49.375	-	-	200.973
Disponíveis para a venda	8.652.529	-	-	-	6.197	1.826	8.660.552
Título de renda fixa público	8.652.529	-	-	-	-	-	8.652.529
Título de renda fixa privado	-	-	-	-	6.197	1.826	8.023

	AAA	AA	Sem rating	2019 Total
Ativos financeiros - <i>Rating</i>				
Valor justo por meio do resultado	1.828.969	2.423	36.962	1.868.354
Título de renda fixa público	1.689.623	-	-	1.689.623
Título de renda fixa privado	139.346	2.423	36.962	178.731
Disponíveis para a venda	8.135.343	3.153	-	8.138.496
Título de renda fixa público	8.131.854	-	-	8.131.854
Título de renda fixa privado	3.489	3.153	-	6.642

(*) Os títulos públicos classificados nessa coluna referem-se a títulos do tesouro brasileiro (risco soberano). Trimestralmente são realizadas as reuniões do Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros, do Comitê Executivo de Investimentos e, mensalmente, a Reunião Interna de Alocação de Ativos pela Área de Gestão de Investimentos da Bradesco Seguros S.A. para as tratativas deliberativas, possuindo as atribuições necessárias para o atendimento regulatório/aprimoramento nos processos de gestão.

d. Risco de liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade da inexistência de recursos financeiros suficientes para a Companhia honrar seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações, em outras palavras, está relacionado tanto com a incapacidade da Companhia de liquidar seus compromissos, como com as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação.

O conhecimento e o acompanhamento deste risco são absolutamente cruciais, sobretudo, para que a Companhia possa liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro.

Exposição ao risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado, substancialmente, pela reconciliação do fluxo de caixa da Carteira de Títulos e Valores Mobiliários (CTVM) com os passivos atuariais. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. A qualidade dos investimentos também garante a capacidade de cobrirmos altas exigências de liquidez.

O quadro a seguir apresenta o risco de liquidez que a Companhia está exposta:

	Prazo estimado de realização	
	Fluxo de Ativos (i)	Fluxo de Passivos (ii)
À vista ou sem vencimento definido	4.525	233.690
Fluxo de 0 a 3 meses	1.468.184	1.785.780
Fluxo de 3 a 12 meses	1.993.590	4.325.988
Fluxo de 12 a 60 meses	5.197.009	2.911.618
Fluxo acima de 60 meses	2.121.046	-
Total	10.784.354	9.257.076

(i) Os ativos financeiros foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais. O fluxo de ativos considera o caixa e equivalente de caixa, aplicações, crédito das operações de capitalização. As aplicações financeiras são substancialmente constituídas de Títulos Públicos Federais que, apesar de terem vencimentos de longo prazo, podem ser convertidos em caixa a qualquer momento, de acordo com o fluxo de caixa da Companhia.

(ii) O fluxo de passivos considera os passivos de contas a pagar, provisões técnicas e os débitos de operações com capitalização. As provisões técnicas foram distribuídas com base na expectativa de fluxo de caixa futuro, considerando o comportamento do subscritor, que inclui sua experiência de persistência, e o término de vigência dos títulos vigentes.

Gerenciamento do risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é exercido de forma corporativa, envolvendo um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados.

A política corporativa de gestão de riscos de mercado e liquidez tem por objetivo assegurar a existência de normas, critérios e procedimentos que garantam à Companhia o estabelecimento de reserva mínima de liquidez, bem como a existência de estratégia e de planos de ação para situações de crise de liquidez.

Trimestralmente é realizada a reunião do Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros para as tratativas deliberativas, possuindo as atribuições necessárias para o atendimento regulatório/aprimoramento nos processos de gestão.

e. Risco de mercado

O risco de mercado é representado pela possibilidade de perda financeira por oscilação de preços e taxas de juros dos instrumentos financeiros da Companhia, uma vez que suas carteiras ativas e passivas podem apresentar descasamentos de prazos, moedas e indexadores.

Este risco é identificado, mensurado, mitigado e gerenciado, sendo as diretrizes e limites monitorados diariamente, de maneira independente.

O controle do risco de mercado é realizado para todas as empresas do Grupo Bradesco Seguros. As atividades expostas a risco de mercado são mapeadas, mensuradas e classificadas quanto à probabilidade e magnitude, com seus respectivos planos de mitigação devidamente aprovados pela estrutura de governança.

Gerenciamento do risco de mercado

O processo, realizado de forma corporativa, é aprovado pelo Conselho de Administração do Conglomerado Bradesco e reavaliado anualmente pelos comitês específicos, bem como pelo próprio Conselho de Administração.

Definição de limites

As propostas de limites de risco de mercado são validadas em comitês específicos de negócios, bem como pelos Comitês Executivos de Investimentos e de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros. Posteriormente, são submetidas à aprovação do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, observando os limites definidos pelo Conselho de Administração, conforme as características das operações.

A carteira de investimentos financeiros da Companhia consiste em operações estruturais provenientes das linhas de negócio. Neste tipo de operação, a intenção não é a negociação no curto prazo, que visa se beneficiar de oscilações de mercado, mas sim a manutenção do investimento pelo período necessário ao seu tipo de negócio e demanda, atendendo suas necessidades específicas.

Os principais riscos monitorados são os riscos de taxa de juros e de carteira de ações.

Modelos de mensuração do risco de mercado

A mensuração e o controle do risco de taxa de juros são feitos a partir da metodologia EVE (*Economic Value Equity*), que mede o impacto econômico sobre as posições, de acordo com os cenários elaborados pela área econômica do Banco Bradesco. Nesses cenários são determinados movimentos positivos e negativos que podem ocorrer nas curvas de taxas de juros, com impactos sobre os ativos e passivos ao longo da vida das operações, não representando necessariamente ajuste contábil.

Análise de sensibilidade de risco de mercado

	Cenário	
	Choque de 1 ponto base para taxa de juros e 1% de variação para preços	
Taxa prefixada de 1 ano		2,87%
Cupom de IPCA de 1 ano		0,35%
Cupom de TR de 1 ano		2,86%

Os impactos, líquidos de efeitos fiscais, desse cenário sobre as posições seriam os seguintes:

	Fatores de riscos	
	Taxa de Juros em reais	Índices de preços
Período		
Dezembro/2020	(484)	(205)
Impacto sobre as exposições	Variações de taxas de juros	Variação da taxa dos cupons
sujeitas a:	prefixadas e cupons de taxas de juros	de índices de preços

f. Risco operacional

O risco operacional é a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrentes de fraudes ou eventos externos, incluindo-se o risco legal e excluindo-se os riscos decorrentes de decisões estratégicas e à imagem da Companhia.

Gerenciamento do risco operacional

A Companhia aborda o gerenciamento do risco operacional num processo de aprimoramento contínuo, visando acompanhar a evolução dinâmica dos negócios e minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade deste gerenciamento.

Todo o processo de Governança Corporativa para gerenciamento do risco operacional é acompanhado trimestralmente pelos comitês executivos do Grupo Bradesco Seguros e do Banco Bradesco, cada qual com a sua especificidade, possuindo, dentre outras, as seguintes atribuições:

- Avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados e sua mitigação;
- Desenvolvimento do Banco de Dados de Perdas Operacionais (BDPO) para reporte de prejuízos decorrentes de eventos de riscos operacionais e implantação de ações corretivas;
- Treinamento e disseminação da cultura de controles internos;
- Garantir o cumprimento das políticas de gestão de risco operacional e de continuidade de negócios da Companhia;
- Assegurar a efetividade do processo de gerenciamento de risco operacional e de continuidade de negócios da Companhia;
- Aprovar e revisar as definições e critérios, modelagens matemáticas e estatísticas e cálculos referentes ao montante da alocação de capital;
- Avaliar e submeter à validação do Comitê Executivo de Gestão de Riscos, com reporte aos comitês específicos, a política, estrutura, papéis, procedimentos e responsabilidades das dependências envolvidas no processo, bem como as revisões executadas anualmente; e
- Padrões éticos.

Dentro deste cenário, a Companhia dispõe de mecanismos de avaliação do seu sistema de Controle Interno para prover segurança razoável quanto ao alcance de seus objetivos a fim de evitar a possibilidade de perda ocasionada pela inobservância, violação ou não conformidade com as normas e instruções internas. O ambiente de controles internos também contribui para a gestão do risco operacional, em que o mapa de riscos é atualizado regularmente com base nas autoavaliações de riscos e controles.

Procedimentos de controle e monitoramento contínuo

- Identificar junto às dependências interna e externa da Companhia os eventos de perdas decorrentes do risco operacional assegurando o correto tratamento mediante as origens/causas, para a avaliação, monitoramento e controle do processo, possibilitando a redução dos impactos, ao menor custo; e
- Estabelecer reuniões com os gestores e executivos, quanto ao tratamento das perdas junto às áreas, visando à melhoria contínua, ações corretivas e preventivas do Risco Operacional.

g. Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é realizado de forma corporativa e visa assegurar que o Grupo Bradesco Seguros mantenha a sólida base de capital para fazer face aos riscos inerentes às suas atividades, contribuindo para o alcance dos objetivos estratégicos e metas, de acordo com as características de cada empresa do Grupo. Para tanto, são considerados o ambiente de negócios, a natureza das operações, a complexidade e a especificidade de cada produto e serviço no mercado de atuação. O processo de adequação e gerenciamento de capital é acompanhado de forma permanente e prospectiva, seja em situações de normalidade de mercado, ou em condições extremas, atendendo aos limites definidos pelos Órgãos Reguladores e/ou aos aspectos de Governança Corporativa.

4. Aplicações

a. Resumo da classificação das aplicações

	2020	%	2019	%
Títulos a valor justo por meio do resultado	1.010.069	10,44	1.868.354	18,67
Títulos de renda fixa - Fundos de investimento	1.010.069	10,44	1.868.354	18,67
Títulos disponíveis para venda	8.660.552	89,56	8.138.496	81,33
Títulos de renda fixa - Notas do tesouro nacional	5.927.196	61,29	5.236.757	52,33
Títulos de renda fixa - Letras do tesouro nacional	2.725.333	28,18	2.895.097	28,93
Títulos de renda fixa - Debêntures	6.197	0,07	3.489	0,04
Títulos de renda fixa - Fundos de investimentos imobiliários	1.826	0,02	3.153	0,03
Total das aplicações financeiras	9.670.621	100,00	10.006.850	100,00

b. Composição das aplicações por prazo e por título

Apresentamos, a seguir, a composição das aplicações financeiras por prazo e por título, incluindo os títulos que compõem as carteiras dos fundos de investimentos. Os títulos a "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento. Os valores dos títulos que compõem os investimentos, relativos a fundos de investimentos exclusivos do Grupo Bradesco Seguros, estão abaixo apresentados com base no percentual de participação da Companhia naqueles fundos.

	2020					
	1 a 30 dias ou sem vencimen-to definido	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil/Valor justo	Valor ajustado a valor justo
Títulos a valor justo por meio do resultado	41.539	19.960	589.409	359.161	1.010.069	1.007.945
Letras financeiras do tesouro	-	6.531	581.886	186.926	775.343	776.025
Letras financeiras de emissores privados	-	13.429	7.523	59.831	80.783	80.832
Certificados de recebíveis imobiliários .	-	-	-	32.645	32.645	30.789
Notas do tesouro nacional - operação compromissada/outros (*)	2	-	-	-	2	2
Notas do tesouro nacional	-	-	-	33.753	33.753	33.183
Debêntures	-	-	-	46.006	46.006	45.577
Letras do tesouro nacional - operação compromissada/outros (*)	41.537	-	-	-	41.537	41.537
Títulos disponíveis para venda	226.744	-	1.758.892	6.674.916	8.660.552	8.235.969
Notas do tesouro nacional	224.918	-	-	5.702.278	5.927.196	5.614.892
Letras do tesouro nacional	-	-	1.758.892	966.441	2.725.333	2.621.784
Debêntures	-	-	-	6.197	6.197	9
Fundos de investimentos imobiliários	-	1.826	-	-	1.826	(716)
Total das aplicações financeiras ...	268.283	19.960	2.348.301	7.034.077	9.670.621	9.243.914

	2019					
	1 a 30 dias ou sem vencimento definido	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil/Valor justo	Valor ajustado a valor justo
Títulos a valor justo por meio do resultado	46.878	8.971	25.180	1.787.325	1.868.354	1.864.834
Letras financeiras do tesouro	-	-	195	1.662.821	1.663.016	1.662.990
Letras financeiras de emissores privados	-	8.971	24.985	34.960	68.916	68.924
Certificados de recebíveis imobiliários	-	-	-	46.221	46.221	44.003
Notas do tesouro nacional - operação compromissada/outros (*)	28.247	-	-	-	28.247	28.247
Notas do tesouro nacional	-	-	-	26.607	26.607	26.302
Debêntures	-	-	-	16.716	16.716	15.737
Letras financeiras do tesouro - operação compromissada/outros (*)	14.210	-	-	-	14.210	14.210
Letras do tesouro nacional - operação compromissada/outros (*)	4.421	-	-	-	4.421	4.421
Títulos disponíveis para venda	3.153	-	-	8.135.343	8.138.496	7.683.586
Notas do tesouro nacional	-	-	-	5.236.757	5.236.757	4.936.755
Letras do tesouro nacional	-	-	-	2.895.097	2.895.097	2.734.414
Debêntures	-	-	-	3.489	3.489	7
Fundos de investimentos imobiliários	3.153	-	-	-	3.153	12.410
Total das aplicações financeiras ...	50.031	8.971	25.180	9.922.668	10.006.850	9.548.420

(*) Outros inclui contas a pagar/tesouraria.

c. Cobertura das provisões técnicas

Os valores dos bens e direitos oferecidos em cobertura das provisões técnicas são os seguintes:

	2020	2019
Total das provisões técnicas	8.570.919	8.837.771
Total a ser coberto (A)	8.570.919	8.837.771
Títulos de renda fixa públicos	8.652.529	8.131.854
Quotas de fundos de investimentos	785.435	1.401.076
Total dado em cobertura (B)	9.437.964	9.532.930
Suficiência (B) - (A)	867.045	695.159

d. Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue:

- **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos;
- **Nível 2:** *Inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3:** Premissas, para o ativo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

	2020			2019		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Valor justo por meio do resultado	809.096	200.973	1.010.069	1.689.623	178.731	1.868.354
Letras financeiras do tesouro	775.343	-	775.343	1.663.016	-	1.663.016
Letras financeiras de emissores privados	-	80.783	80.783	-	68.916	68.916
Certificados de recebíveis imobiliários	-	32.645	32.645	-	46.221	46.221
Notas do tesouro nacional - operação						
compromissada/outras (*)	-	2	2	-	28.247	28.247
Notas do Tesouro Nacional	33.753	-	33.753	26.607	-	26.607
Debêntures	-	46.006	46.006	-	16.716	16.716
Letras financeiras do tesouro - operação						
compromissada/outras (*)	-	-	-	-	14.210	14.210
Letras do tesouro nacional - operação						
compromissada/outras (*)	-	41.537	41.537	-	4.421	4.421
Disponíveis para venda	8.654.355	6.197	8.660.552	8.135.007	3.489	8.138.496
Notas do tesouro nacional	5.927.196	-	5.927.196	5.236.757	-	5.236.757
Letras do tesouro nacional	2.725.333	-	2.725.333	2.895.097	-	2.895.097
Debêntures	-	6.197	6.197	-	3.489	3.489
Fundos de investimentos imobiliários	1.826	-	1.826	3.153	-	3.153
Total das aplicações financeiras	9.463.451	207.170	9.670.621	9.824.630	182.220	10.006.850

(*) Outros inclui contas a pagar/tesouraria.

e. Movimentação das aplicações financeiras

	2020	
	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda
Saldo em 1º de janeiro	1.868.354	8.138.496
(+) Aplicações	2.301.230	1.704.583
(-) Resgates	(3.221.591)	(1.815.741)
(+) Rendimentos	62.076	675.951
Impairment de fundos	-	(12.410)
(+/-) Ajuste ao valor justo	-	(30.327)
Saldo final em 31 de dezembro	1.010.069	8.660.552

	2019	
	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda
Saldo em 1º de janeiro	1.591.177	7.561.711
(+) Aplicações	3.741.353	2.684.570
(-) Resgates	(3.590.943)	(3.101.809)
(+) Rendimentos	126.767	739.069
(+/-) Ajuste ao valor justo	-	254.955
Saldo final em 31 de dezembro	1.868.354	8.138.496

f. Desempenho

A Administração mensura a rentabilidade de seus investimentos utilizando como parâmetro a variação das taxas de rentabilidade dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Em 31 de dezembro de 2020, o desempenho global dos ativos financeiros que compõem a carteira de aplicações financeiras, sem considerar o ajuste ao valor justo dos investimentos classificados na categoria "disponível para venda", atingiu 282,17% no acumulado do exercício, em relação ao referido *benchmark*, e as taxas médias contratadas das aplicações, por indexador, foram IPCA 3,83%, IGPM 6,47% e 8,32% PRÉ (títulos pré-fixados) e 100% da SELIC (títulos pós-fixados).

5. Crédito das operações de capitalização

Crédito com operações – instituições parceiras:

	2020	2019
Títulos de capitalização – pagamento único	1.109	3.336
Títulos de capitalização – pagamento mensal	14.028	13.643
Total	15.137	16.979

6. Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía contratos futuros em fundos de investimentos cujos diferenciais a pagar ou a receber (ajustes) são liquidados diariamente. Conforme determina a regulamentação vigente, as operações com contratos derivativos podem ser realizadas nas carteiras e fundos de investimentos da Companhia desde que tenham como objetivo a proteção das carteiras, podendo, também, realizar operações de síntese de posição do mercado à vista, não podendo, todavia, gerar cumulativamente com as aplicações, por indexador, foram IPCA 3,83%, IGPM 6,47% e 8,32% PRÉ (títulos pré-fixados) e 100% da SELIC (títulos pós-fixados).

No caso dos contratos futuros de DI (Contrato futuro de taxa média de depósitos interfinanceiros de 1 dia), realizamos operações de síntese de posição do mercado à vista e proteção contra os efeitos da variação dos preços das Letras do Tesouro Nacional e das Notas do Tesouro Nacional (séries F e B). No caso dos contratos de opções sobre taxa de câmbio de reais por dólar comercial, buscamos mitigar riscos da variação de preço a esta moeda. Considerando o que determina a legislação vigente, as operações com derivativos realizados nas carteiras e fundos de investimento da Companhia, tem por objetivo a proteção das carteiras, não gerando perdas ou ganhos devido à contrapartida do resultado do ativo objeto da proteção.

Em 31 de dezembro de 2020, o diferencial a pagar/receber registrado em conta de passivo dos fundos totalizava R\$ 17 (R\$4 em 31 de dezembro de 2019), conforme demonstrativo abaixo:

i. Valor dos instrumentos financeiros derivativos

	2020		
	Valor de referência	Custo atualizado	Valor de mercado
Contratos futuros			
Compromissos de compra:	30.623	17	17
Mercado interfinanceiro	30.623	17	17
Total	30.623	17	17

	2019		
	Valor de referência	Custo atualizado	Valor de mercado
Contratos futuros			
Compromissos de compra:	20.025	4	4
Mercado interfinanceiro	20.025	4	4
Total	20.025	4	4

a. Composição dos instrumentos financeiros derivativos por vencimentos

	2020				
	Custo atualizado	Valor de mercado	%	Acima de 360 dias	Total
Ajuste a receber - futuros	17	17	100	17	17
Total do ativo (A)	17	17	100	17	17

	2019				
	Custo atualizado	Valor de mercado	%	Acima de 360 dias	Total
Ajuste a receber - futuros	4	4	100	4	4
Total do ativo (A)	4	4	100	4	4

b. Composição dos instrumentos financeiros derivativos por valor de referência

	2020	
	Acima de 360 dias	Total
Contratos futuros	30.623	30.623
Total	30.623	30.623

	2019	
	181 a 360 dias	Acima de 360 dias
Contratos futuros	366	19.659
Total	366	19.659

7. Ativos e passivos fiscais

a. Créditos tributários e previdenciários

	2020		2019	
	Circulante	Total	Circulante	Total
Impostos a compensar	48.925	48.925	54.046	54.046
Total	48.925	48.925	54.046	54.046

b. Tributos diferidos

	2020		2019	
	Não circulante	Não circulante		
Créditos tributários diferidos (c-i)	(62.410)	(43.443)		
Obrigações fiscais diferidas (c-ii)	178.836	190.973		
Total	116.426	147.530		

c. Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

(i) Créditos tributários diferidos

	Saldo em 2019	Constituição	Realização	Saldo em 2020
Créditos tributários sobre diferenças temporárias				
Provisões para contingências fiscais	34.295	114	(1.092)	33.317
Provisões para contingências cíveis	182	480	(374)	288
Provisões para contingências trabalhistas	684	32	-	716
Provisão para desvalorização de títulos e investimentos	7.627	4.964	-	12.591
Outros	655	15.006	(163)	15.498
Total dos créditos tributários	43.443	20.596	(1.629)	62.410

	Saldo em 2018	Constituição	Realização	Saldo em 2019
Créditos tributários sobre diferenças temporárias				
Provisões para contingências fiscais	7.553	26.742	-	34.295
Provisões para contingências cíveis	783	-	(601)	182
Provisões para contingências trabalhistas	192	492	-	684
Provisão para desvalorização de títulos e investimentos	7.627	-	-	7.627
Outros	600	85	(30)	655
Total dos créditos tributários	16.755	27.319	(631)	43.443

(ii) Obrigações fiscais diferidas

	Saldo em 2019	Constituição	Realização	Saldo em 2020
Ajuste a valor de mercado - títulos disponíveis para venda	181.963	162.395	(174.526)	169.832
Provisão de IRPJ/CSLL sobre atualização de depósito judicial	9.010	465	(471)	9.004
Total	190.973	162.860	(174.997)	178.836

	Saldo em 2018	Constituição	Saldo em 2019
Ajuste a valor de mercado - títulos disponíveis para venda	79.981	101.982	181.963
Provisão de IRPJ/CSLL sobre atualização de depósito judicial	6.179	2.831	9.010
Total	86.160	104.813	190.973

d. Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Diferenças temporárias		
	Imposto de renda	Contribuição social	Totais
2021	10.952	6.559	17.511
2022	1.209	714	1.923
2023	1.092	644	1.736
2024	1.019	601	1.620
2025 em diante	24.888	14.732	39.620
Total	39.160	23.250	62.410

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

Em 31 de dezembro de 2020, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 58.686 (R\$ 40.376 em 31 de dezembro de 2019) referente a diferenças temporárias.

8. Imobilizado

	Saldo em 2019	Aquisição	Depreciação	Saldo em 2020
Bens móveis	533	169	(152)	550
Outras imobilizações	710	-	(129)	581
Total	1.243	169	(281)	1.131

	Saldo em 2018	Aquisição	Depreciação	Saldo em 2019
Bens móveis	232	428	(127)	533
Outras imobilizações	841	-	(131)	710
Total	1.073	428	(258)	1.243

9. Intangível

	Saldo em 2019	Aquisição/(Baixa) (*)	Amortização	Saldo em 2020
Sistema de computação	52.882	2.903	(11.356)	44.429
Total	52.882	2.903	(11.356)	44.429

	Saldo em 2018	Aquisição/(Baixa)	Amortização	Saldo em 2019
Sistema de computação	39.845	20.365	(7.328)	52.882
Total	39.845	20.365	(7.328)	52.882

(*) Em continuidade ao aperfeiçoamento e configuração dos ativos considerados intangíveis, utilizando-se do processo de gestão orçamentária e de portfólio de projetos, denominado Otimize, a Companhia realizou reavaliação na qual concluiu que determinados ativos não resultariam mais em benefícios econômicos futuros para a Companhia, sendo assim, foi efetuada a baixa no montante R\$ 17.090 em contrapartida à rubrica ganhos e perdas com ativos não correntes no resultado do exercício.

10. Obrigações a pagar

	2020	2019
Partes Relacionadas	8.187	4.645
Fornecedores	4.168	1.345
Honorários, remunerações e gratificações a pagar	484	651
Participação nos lucros a pagar	439	625
Renovações a regularizar	3.276	5
Outras obrigações	40.265	17.314
Total	56.819	24.585

11. Impostos e contribuições

	2020	2019
Imposto de renda	111.913	178.774
Contribuição social	76.787	119.564
COFINS	1.822	2.619
PIS	296	426
Total	190.818	301.383

12. Depósito de terceiros

	2020			
	Até 30 dias	31 a 180 dias	181 a 365 dias	Acima de 365 dias
Valores a reclassificar – Capitalização	358	86	2	75
Total	358	86	2	75

	2019			
	Até 30 dias	31 a 180 dias	181 a 365 dias	Total
Valores a reclassificar – Capitalização	812	409	195	1.416
Total	812	409	195	1.416

13. Provisões técnicas

a. Composição

	2020	2019
Provisão matemática para capitalização	7.430.425	7.747.564
Provisão para resgates	990.764	938.950
Provisão para sorteios a realizar	35.431	36.526
Provisão para sorteios a pagar	27.021	24.413
Provisão para despesas administrativas	87.278	90.318
Total	8.570.919	8.837.771

b. Movimentação das provisões técnicas

	2020	2019
Saldo em 1º de janeiro	8.837.771	8.186.955
(+) Constituições (resgates e sorteios)	4.706.270	5.669.675
(-) Resgates/sorteios pagos	(5.402.959)	(5.441.185)
(-) Baixa de títulos prescritos	(62.551)	(41.343)
(-) Penalidade sobre resgate antecipado	(68.238)	(65.396)
(+) Atualização monetária e juros	560.626	529.065
Saldo em 31 de dezembro	8.570.919	8.837.771

14. Provisões judiciais

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para fazer face a eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

(i) Obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Companhia vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão provisionados. As principais discussões referem-se à:

- Dedutibilidade da CSLL na base de cálculo do IR, com provisão e depósito judicial no valor de R\$9.912 (R\$9.815 em dezembro de 2019), a qual a Companhia pleiteia calcular e recolher o imposto de renda devido, relativo ao ano-base de 1997, sem efetuar a adição da CSLL na base de cálculo do IR, determinada pelo Artigo 1º da Lei nº 9.316/1996, uma vez que essa contribuição representa uma despesa efetiva, necessária e obrigatória.
- Questiona-se também Lei 8.200 Imposto de Renda, discussão da limitação de correção monetária de balanço trazida pela Lei nº 8.200, valor provisionado no montante de R\$ 5.478 (R\$7.206 em 31 de dezembro de 2019) e depósito judicial no valor de R\$ 4.386 (R\$4.386 em 31 de dezembro de 2019), classificado como perda provável.
- Questionamento da CSLL exigida das companhias seguradoras, cujo período de discussão compreende maio/96 a janeiro/99, por alquotas superiores às aplicadas às pessoas jurídicas em geral, em desrespeito ao princípio constitucional da isonomia, com provisão no valor R\$7.773 (R\$7666 em 31 de dezembro de 2019).

(ii) Processos trabalhistas

Referem-se a ações judiciais ajuizadas por ex-empregados, cujas pretensões se resumem na obtenção de indenizações em pedidos de "Horas extra". As horas extraordinárias realizadas são controladas por sistema eletrônico e pagas durante o curso normal do contrato de trabalho, dessa forma, as ações promovidas por ex-empregados não têm, individualmente, valores relevantes.

A constituição da provisão trabalhista, entre outros fatores, considera a data da entrada do processo (antes e após a reforma trabalhista ocorrida em novembro/2017), ela é formada com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas ações encerradas nos últimos 12 meses. Após apuração, a média é corrigida monetariamente com a adição de juros de 1% ao mês.

(iii) Passivos contingentes

Referem-se à estimativa global de perdas com ações decorrentes do curso normal das operações, cujos valores estão sendo discutidos judicialmente pela Companhia.

Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e totalizam R\$8.653 (R\$7.818 em 31 de dezembro de 2019), para os processos cíveis e R\$159.230 (R\$156.711 em 31 de dezembro de 2019), para os processos fiscais. A maior parte deste valor se refere à discussão de PIS e COFINS, da Kirtan Capitalização incorporada em maio de 2018 no montante de R\$157.356 (R\$156.550 em 31 de dezembro de 2019). Em 2008 transitou em julgado decisão final na ação judicial que se reconheceu inconstitucional o alargamento da base de cálculo de PIS e COFINS e definido o conceito de que faturamento corresponde ao resultado da venda de bens e serviços. A consequente redução da base de cálculo e a compensação de créditos fiscais autorizada por essa decisão deram origem a autuações fiscais decorrentes do entendimento da Receita Federal de que a base de cálculo desses tributos deve incluir todas as receitas advindas da atividade objeto social da empresa. Os processos estão em diversos estágios e têm curso na esfera judicial e administrativa federal. O risco desses processos é classificado como possível com base na avaliação dos advogados internos e externos.

(iv) Processos cíveis

Referem-se à estimativa global de perdas com ações que versam sobre assuntos relacionados ao desenvolvimento normal da atividade comercial da Companhia, que possuem como objeto, questões como: devolução de contribuições/prêmios, alcance de coberturas e cobrança de benefícios ou indenizações.

As provisões de contingência cíveis são atualizadas monetariamente utilizando-se da variação monetária do IPCA – (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), medido mensalmente pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) acrescidas de juros de 1% ao mês.

Processos judiciais movidos por terceiros, visando obter vínculo empregatício, são provisionados considerando a data da entrada do processo (antes e após a reforma trabalhista ocorrida em novembro/2017), ela é formada com base no valor médio dos pagamentos efetuados nas ações encerradas nos últimos 60 meses, após apuração, a média é corrigida monetariamente com a adição de juros de 1% ao mês.

(v) Movimentação das provisões judiciais constituídas

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2020	30.854	1.717	454	33.025
Constituição/atualização monetária líquida de reversões	(4.639)	214	1.199	(3.226)
Pagamentos	-	(133)	(934)	(1.067)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	26.215	1.798	719	28.732

A Companhia está apurando o CR com base nos riscos de subscrição, crédito, mercado e operacional como demonstrado abaixo:

Patrimônio líquido contábil	852.404
Ajustes contábeis:.....	(55.640)
(-) Despesas antecipadas.....	(236)
(-) Créditos tributários - Diferenças temporárias que excederem 15% do CRM	(10.975)
(-) Ativos intangíveis	(44.429)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos:	9.314
(+) Superávit entre prov. exatas const. e fluxo real. Soc. Capitalização	9.314
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	806.078
Capital mínimo requerido (CMR) - (Maior valor entre I e II)	342.904
Capital base (I)	10.800
Capital adicional com correlação (III) (*)	342.904
Capital adicional de risco de subscrição	38.843
Capital adicional de risco de crédito	28.389
Capital adicional de risco de mercado	291.653
Capital adicional de risco operacional	29.403
Efeito da correlação entre os riscos de crédito e subscrição	(45.384)
Suficiência de capital (PLA – CMR)	463.173
Ativos líquidos (nota 4c)	9.437.964
Suficiência dos ativos garantidores (**) (nota 4c)	867.045
Capital de risco deduzido dos ajustes econômicos para fins de índice de liquidez (***)	354.331
Índice de liquidez em relação ao CR % (****)	245%

- (*) Cálculo de Capital de Risco é a soma do capital de risco de crédito, mercado, subscrição e operacional aplicado o benefício da correlação conforme Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações.
- (**) Suficiência dos Ativos Líquidos, conforme determinado pela Resolução CNSP nº 360/2017, em relação ao total de provisões técnicas líquida dos valores redutores da necessidade de cobertura.
- (***) Capital de Risco deduzido dos ajustes econômicos para fins de índice de liquidez: corresponde ao valor do Capital Mínimo Requerido calculado com base no capital de risco de mercado sem considerar os fluxos não registrados e demais capitais inalterados (subscrição, crédito e operacional).
- (****) O índice de liquidez em relação ao Capital de risco requerido pela Resolução CNSP nº 360/2017 é de no mínimo 20%. Os ajustes associados à variação dos valores econômicos estão apresentados líquidos dos efeitos tributários de IRPJ e CSLL conforme disposto na Resolução 343/2016.

17. Benefícios a empregados

Planos de Previdência Complementar

A contribuição para os planos durante o exercício de 2020 totalizou R\$171 (R\$274 em dezembro de 2019), que estão integralmente cobertos por provisões técnicas, que totalizam R\$35.783 (R\$31.066 em dezembro de 2019), sendo: benefícios concedidos R\$30.433 (R\$25.473 em dezembro de 2019), benefícios a conceder R\$5.350 (R\$5.593 em dezembro 2019). Além desse benefício, a Companhia oferece aos seus funcionários e administradores também seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional.

18. Transações e saldos com partes relacionadas

		Ativo		Passivo
	2020	2019	2020	2019
Banco Bradesco S.A. (controlador final) (i)	41.767	46.878	-	-
Bradesco Seguros S.A. (controlador direto) (ii)	-	1	7.853	4.306
Alelo S.A. (empresa ligada) (v)	-	-	706	-
BSP Affinity Ltda.(c) (empresa ligada) (iii)	-	-	330	330
Livelo S.A. (empresa ligada) (v)	-	-	-	5
Novamed Gestão de Clínicas Ltda. (empresa ligada) (v)	-	-	4	4
Total	41.767	46.879	8.893	4.645
	2020	2019	2020	2019
Bradesco Seguros S.A. (controlador direto) (ii)	-	-	(69.076)	(40.375)
BSP Empreendimentos Imobiliários Ltda. (empresa ligada) (iv)	-	-	(572)	(532)
Banco Bradesco S.A. (controlador final) (i)	-	-	(749)	(1.036)
BSP Affinity Ltda. (empresa ligada) (iii)	-	-	(3.960)	(3.960)
Scopus Soluções em TI S.A. (empresa ligada) (v)	-	-	-	(44)
Europ Assistance Brasil Serviços de Assistência S.A. (empresa ligada) (v)	-	-	(29)	(33)
Alelo S.A. (empresa ligada) (v)	-	-	(2.375)	(3.254)
Livelo S.A. (empresa ligada) (v)	-	-	(5)	(8.338)
Chain Serviços e Contact Center S.A. (v)	-	-	-	(943)
Novamed Gestão de Clínicas Ltda. (empresa ligada) (v)	-	-	(47)	(33)
Total	-	-	(76.813)	(58.548)
i) Refere-se a saldo em conta corrente, despesas com taxa de custódia, tarifas bancárias e serviços de ações escriturais.				
ii) O rateio das despesas administrativas compartilhadas é efetuado a partir de aplicações de percentuais de alocação para cada sociedade filiada, sobre o total de despesas incorridas pela sociedade de comando do Grupo Bradesco Seguros, no desenvolvimento de atividades de: a) administração financeira; b) tecnologia da informação; c) administração; d) jurídico; e) recursos humanos; f) <i>marketing</i> , e g) corporativo, percentuais estes definidos com base em medidores de atividades e critérios estabelecidos na Convenção do Grupo Bradesco Seguros.				
iii) Refere-se a consultoria comercial no desenvolvimento de produtos.				
iv) Refere-se a aluguel.				
v) Refere-se a serviços de assistência 24 horas, Call Center, assistência médica, alimentação e programa de pontos e TI.				
vi) Refere-se a custos de aquisição.				
i. Remuneração do pessoal-chave da Administração				
Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global anual da remuneração dos Administradores, que é aprovada em Reunião de Diretoria, conforme determina o Estatuto Social. Em 2020, foi determinado o valor máximo de R\$96 (R\$84 em 31 de dezembro de 2019) para a remuneração dos Administradores.				
ii. Outros				
A Companhia realiza operações decorrentes de seus produtos com partes relacionadas, incluindo membros do pessoal-chave da administração.				

DIRETORIA

Jorge Pohlmann Nasser	Diretor- Presidente
Ivan Luiz Gontijo Júnior	Diretor-Gerente
Jair de Almeida Lacerda Júnior	Diretor-Gerente
Américo Pinto Gomes	Diretor-Gerente
Gedson Oliveira Santos	Diretor
Pedro Bosquiero Junior	Diretor
Vinicius Marinho da Cruz	Diretor
Valdirene Soares Secato	Diretora

Bernardo Ferreira Castello
Atuário - MIBA nº 1717

Alberto Barcellos Miranda
Contador CRC-1RJ-094195/O-2 S SP

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e ao Conselho de Administração da
Bradesco Capitalização S.A.

Barueri - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Bradesco Capitalização S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradesco Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

19. Detalhamento das contas de resultado

a. Custo de aquisição

	2020	2019
Despesas de custeamento de venda	(34.568)	(33.326)
Despesas de corretagem	(384)	(710)
Outros custos de Aquisição	(142)	(1.322)
Total	(35.094)	(35.358)

b. Outras receitas e despesas operacionais

	2020	2019
Receita com resgate antecipado	68.238	65.396
Receita com baixa de títulos prescritos	62.551	41.343
Constituição/reversão de provisão para contingências cíveis	(209)	1.562
Outras receitas e despesas operacionais	(25.966)	(1.659)
Total	104.614	106.642

c. Despesas administrativas

	2020	2019
Despesas com pessoal próprio	(21.354)	(25.800)
Ordenados	(12.547)	(14.827)
INSS/FGTS	(4.756)	(5.066)
Planos de previdência privada (nota 17)	(171)	(274)
Honorários da Administração	(42)	(119)
Outras	(3.838)	(5.514)
Despesas com localização e funcionamento	(30.920)	(21.281)
Despesas com serviços de terceiros	(29.140)	(14.426)
Despesas com publicidade e propaganda institucional	(9.243)	(12.838)
Despesas com donativos e contribuições	(2.892)	(4.728)
Despesas administrativas diversas	(845)	(1.485)
Total	(94.394)	(80.558)

d. Despesas com tributos

	2020	2019
Despesas com COFINS	(27.296)	(33.970)
Despesas com PIS	(4.410)	(12.098)
Despesas com taxa de fiscalização	(1.882)	(1.889)
Impostos federais/estaduais/municipais	(389)	(3.500)
Total	(33.977)	(51.457)

e. Resultado financeiro

Receitas financeiras

	2020	2019
Receitas com títulos de renda fixa	790.862	922.837
Atualização monetária de depósitos judiciais e fiscais	1.165	6.159
Atualização monetária de créditos tributários	1.321	3.287
Outras receitas financeiras	2.771	75
Subtotal	796.119	932.358
Despesas financeiras		
Atualização monetária das provisões técnicas	(560.626)	(529.065)
Despesas com títulos de renda fixa	(52.835)	(57.001)
Impairment de fundos de investimentos	(2.410)	-
Atualização monetária de provisões judiciais	(295)	(62.683)
Tributação sobre operações financeiras	(108)	(121)
Outras despesas financeiras	(700)	(563)
Subtotal	(626.974)	(649.433)
Total	169.145	282.925

f. Despesas de imposto de renda e contribuição social

Impostos diferidos

	2020	2019
Realização/Constituição no exercício sobre adições temporárias	18.973	23.859
Subtotal	18.973	23.859
Imposto de renda e contribuição social devidos	(266.094)	(400.234)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(247.121)	(376.375)

20. Reconciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social

	2020	2019
Resultado antes dos impostos e participações	643.599	960.327
(-) JCP	(15.000)	(30.000)
Resultado ajustado	628.599	930.327
Adições	55.449	75.207
Exclusões	(4.372)	(9.386)
Lucro tributável	679.676	996.148
Tributos correntes	(271.687)	(398.459)
Tributos diferidos	18.973	23.859
PAT	95	97
Incentivos fiscais	2.541	4.354
Ajuste efetuado na declaração de rendimentos	2.957	(6.226)
Total tributos	(247.121)	(376.375)
Alíquota efetiva	39.31%	40.46%

21. Outras informações

a. Relatório do Comitê de Auditoria

O resumo do relatório do Comitê de Auditoria foi divulgado junto com as demonstrações contábeis do Banco Bradesco S.A. (acionista controlador final) em 05 de fevereiro de 2021, no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 25 de fevereiro de 2021



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP-028567/F

Érika Carvalho Ramos
Contadora CRC 1SP224130/O-0

PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
Bradesco Capitalização S.A.

CNPJ: 33.010.851/0001-74

Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo e da análise de solvência da Bradesco Capitalização S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2020, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Companhia é responsável pelas provisões técnicas, registradas nas demonstrações financeiras, pelos demonstrativos do capital mínimo e da análise de solvência elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens relacionados no primeiro parágrafo deste parecer, com base em nossos procedimentos de auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas.

Esses princípios requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere às condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e nos demonstrativos do capital mínimo e na análise de solvência. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da

São Paulo, 25 de fevereiro de 2021



ERNST & YOUNG Serviços Atuariais SS, CIBA 57
CNPJ 03.801.998/0001-11

Ricardo Pacheco
Atuário - MIBA 2.679

Endereço: Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909 - SP
Corporate Tower Torre Norte andar 6 conjunto 61, Vila Nova Conceição, CEP: 04543-907, São Paulo